

Alberico

ATALIBA NOGUEIRA

Centenário
de
Carlos de Laet

Reproduzido da Revista da
Academia Brasileira de Letras,
vol. 74, pp. 73 a 104.



1958

EMPRESA GRÁFICA DA "REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA.
Rua Conde de Sarzedas, 38 — São Paulo

CENTENARIO DE CARLOS DE LAET

ATALIBA NOGUEIRA

OBRAS DO PROF. ATALIBA NOGUEIRA

TRABALHOS JURIDICOS

- A REFORMA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL — 1926.
A INSTRUÇÃO MORAL E CIVICA — SUA UTILIDADE — 1926.
VADIAGEM. Separata da *Revista de criminologia e medicina legal*, vol. II — 1928.
COMBATE AS PUBLICAÇÕES IMORAIS — 1929.
AS LOTERIAS ESTADUAIS E O FISCO — 1930.
MEDIDAS DE SEGURANÇA — 1937.
PENA SEM PRISÃO — 2.ª ed. — 1956.
O ESTADO E MEIO E NÃO FIM — 3.ª ed. — 1955.
AS MEDIDAS DE SEGURANÇA NO NOVO CÓDIGO PENAL — 1941.
AS MEDIDAS DE SEGURANÇA EM ESPÉCIE — 1941.
ESTABELECIMENTOS E REGIMES PARA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA — 1943.
O MUNICÍPIO E OS MUNICÍPIOS NA CONSTITUIÇÃO — 1947.
O PAN-AMERICANISMO E O SUPERESTADO — 1947.
RUI BARBOSA E AS FONTES DO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO — 1949.
O CRIME DO TENIS CLUBE (legítima defesa putativa) — 1948.
MAJORAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DE PREFEITO (questão constitucional) — 1951.
AS NAÇÕES UNIDAS E A DEFINIÇÃO DE AGRESSÃO — 1957. Discorso na XII Assembleia Geral das Nações Unidas.

TRABALHOS PARLAMENTARES

- FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS — 1946.
A FEDERAÇÃO E O MUNICÍPIO — 1946.
O DIVÓRCIO — 1946.
O ENSINO RELIGIOSO — 1946.
A CONSTITUIÇÃO E OS PARTIDOS ANTIDEMOCRÁTICOS. O MANDATO DOS REPRESENTANTES COMUNISTAS — 1947.
SOBRE O PROJETO DE RECONHECIMENTO DOS FILHOS NATURAIS — 1947.
EFEITOS CIVIS DO CASAMENTO RELIGIOSO — 1950.

TRABALHOS LITERÁRIOS E HISTÓRICOS

- SANTO ANTÔNIO NA TRADIÇÃO BRASILEIRA — 1933.
UM INVENTOR BRASILEIRO. Biografia de Francisco João de Azevedo — 1934.
ELOGIO HISTÓRICO DOS SÓCIOS FALECIDOS. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, 1939 a 1944.
MINISTRO COSTA E SILVA. Traços biográficos — 1941.
D. JOAQUIM MAMEDE DA SILVA LEITE. Traços biográficos — 1941.
ELOGIO HISTÓRICO DE D. JOÃO NERI — 1945.
CARIOS DE LAET. CENTENÁRIO DE SEU NASCIMENTO. Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — 1947.
PROFESSOR JOSÉ EDUARDO DE MACEDO SOARES. No seu centenário. — 1956.
COSTA MANSO, DOUTOR HONORIS CAUSA — 1956. Discurso pela congregação da Faculdade de Direito.

Centenário
de
Carlos de Laet

Reproduzido da Revista da
Academia Brasileira de Letras,
vol. 74, pp. 73 a 104.

1958

EMPRESA GRÁFICA DA "REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA.
Rua Conde de Sarzedas, 38 — São Paulo

CONFERÊNCIA LIDA EM SESSÃO PÚBLICA
DE 18 DE NOVEMBRO DE 1947.
NO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
BRASILEIRO

 CORRE muito cedo o centenário do nascimento de Carlos de Laet. Não vai nesta afirmação nenhum dislate, pois sem dúvida chegou depressa o centenário em relação à data de sua morte. Não faz vinte anos que a imprensa carioca e a de alguns estados publicavam, semanalmente, mais de um artigo do ilustre jornalista. Dada a feição do seu espirito, a análise percucente que fazia dos fatos diários, tanto religiosos e sociais, como políticos e literários; dada a sua ironia causticante, a mordacidade ferina, as réplicas chistosas, as críticas zombeteiras, tudo movido por convicção inabalável e rara coragem cívica, e desde logo se há de notar a necessidade de maior lapso de tempo para que amortecessem muitos ressentimentos e sobreviesse a seu respeito o sereno juízo histórico.

Escrevesse êle sômente para agradar e não haveria motivo para ser perturbada a tranquilidade do seu julgador de hoje.

Consideramos tão de nosso tempo Carlos de Laet, que no primeiro instante vacilamos em acreditar que nasceu no mesmo ano que Castro Alves.

Demais, o brilhante conferencista e fecundo homem de imprensa empregava sempre a sua pena para cumprir dever sagrado de apostolado religioso ou cívico. Nunca o perturbou a menor vaidade.

Havendo escrito cêrca de três mil artigos, recusou enfeixá-los em livro. Aliás, fazia parte do altíssimo conceito em que Laet tinha a sua principal profissão, essa estima do jornal em confronto com o livro. Colocava-os no mesmo nível intelectual — o que é justo; parecia desdenhar, entretanto, da efêmera duração da vida do jornal. Talvez para tanto influísse em seu ânimo o maior valor que — diz êle — dava a Academia ao livro, em detrimento da imprensa: "Um livro pode ser perfeitamente idiota na sua seriedade, e num jornal, como nas folhas onde outrora se escreviam os oráculos, pode estar o futuro de uma geração ou de uma nacionalidade".

Apenas duas das polêmicas religiosas foram reunidas em volume e os artigos escritos quando de sua residência em São João del Rei. Tais livros e uma dezena de dis-

ursos e conferências, dados à estampa, foram de edição reduzida e esgotada em breve tempo. Por tôda parte eram os seus escritos buscados com interesse, motivo pelo qual lhe disputavam os jornais a assídua colaboração. Entretanto, assombrou-se êle próprio, quando lhe disse certo dia Assis Chateaubriand, que, ainda estudante de humanidades na privíncia, conseguira reunir para mais de quatrocentos dos seus artigos. Em outra ocasião, ao ser apresentado em São Paulo ao padre Deusdedit de Araujo, ouvindo-lhe a declaração de que, no momento, possuía cerca de oitocentos artigos de sua lavra, respondeu-lhe Laet:

— é mais feliz do que eu. Não conservo os meus rabiscos.

Por êstes motivos a atual geração, única posterior à morte do grande escritor, e a primeira que estaria com a necessária isenção de ânimo para julgá-lo e apreciá-lo, não tem em mãos os seus escritos. Nem sequer as coleções dos jornais são acessíveis ao público em geral, não sendo de esquecer que a obra do fecundo jornalista se dispersou por mais de vinte jornais, dos quais quatro ou cinco tiveram as suas sedes e arquivos empastelados e incendiados. Não recolheram as bibliotecas nem a quarta parte do acêrvo laetiano. Constituiu obra de paciência beneditina a leitura de bôa parte só das polê-

micas do operoso jornalista, pelo professor Antonio J. Chediak, que confessa não ter conseguido encontrar nenhum exemplar de certos jornais, e de outros logrou coleções desfalcadas. Nas completas, para cúmulo de infortúnio, um ou outro artigo havia sido cuidadosamente cortado a "gilete,,.

Por aí se aquilata a dificuldade para o biógrafo e o crítico atual do consagrado escritor, os quais dificilmente lograrão ler tóda a sua obra.

É certo, porém, que ao vencedor de tão árduo obstáculo, compulsada a maioria de seus escritos, surpreendentemente se lhe há de deparar a autobiografia de Laet. Foi o que, em parte, sucedeu conosco. Se mais tivéramos lido de quanto saiu de sua pena, maior havia de ser a coletânea de fatos de sua longa e agitada vida.

* * *

Nasceu Carlos de Laet, nesta capital, aos 3 de outubro de 1847, filho de Joaquim Ferreira Pimenta de Laet e de dona Emilia Constança Ferreira de Laet. O último apelido é de origem holandêsa, pois descendia de um dos diretores da célebre Companhia das Índias Ocidentais.

Durante tóda a vida não acreditou nunca nas culturas improvisadas, precisamente porque a sua adquiriu-a nos mais trabalhosos estudos, desde os bancos escolares. Sete anos de humanidades, cursadas no Imperial Colégio de Pedro II (1861-67) e seis anos de estudos de engenharia, na então Escola Central (1868-1873), deram-lhe base sólida e, principalmente, o habituaram a estudos sérios. Na Faculdade de engenharia, além das matérias técnicas, estudou economia política, direito constitucional e administrativo e estatística, que faziam parte do currículo.

Tanto no curso secundário como no superior, obteve o primeiro lugar, desfazendo assim a lenda de que os bons alunos malogram na vida prática. Parte de seus cadernos escolares figuram na opulenta biblioteca do embaixador José Carlos de Macedo Soares e o seu manuseio revela, além da excelente caligrafia do aluno, muito nítida, grande, bem igual, a sua diligência e esmero no desenvolver o assunto. São páginas de história universal, cuidadosamente redigidas.

Recordou Ramiz Galvão a admiração causada pelo exame de história natural prestado por Laet. Sem a mínima falha, descreveu os 214 ossos de que se compõe o esqueleto humano. E o narrador tinha autoridade para o julgamento e admiração de memória

tão portentosa, porquanto era estudante de medicina.

Mantendo sempre o primeiro lugar na escola Politécnica, Carlos de Laet — segundo o testemunho de Aarão Reis — ainda tinha tempo para escrever versos irônicos, que o tornavam dos mais alegres entre os colegas, fazer jornalismo e além de lecionar. Vivia à custa própria. Ainda estudante, fêz concurso para a cadeira de português, geografia e aritmética, matérias constitutivas do ano inicial do Colégio de Pedro II. Não obstante classificação em primeiro lugar, não quis nomeá-lo o govêrno imperial, talvez devido ao rigor da época e ao renome daquele instituto de ensino, pois o candidato ainda cursava escola superior. No ano seguinte, 1873, repetiu-se o concurso, conquistando novamente o primeiro lugar. Foi nomeado professor catedrático e mais tarde passou a vitalício. A sua nomeação ou novo concurso haviam sido exigidos em artigos de imprensa, de sua lavra. Desde então já se revela o destemido combatente.

Desse mesmo ano é o seu primeiro livro, *Poesias*, e nunca mais deixou de escrever versos, se bem que preferisse a prosa.

Logo depois passa também a exercer o cargo de redator dos debates no senado, onde

se conservou pelo espaço de onze anos, havendo recordado, anos depois, o cuidado com que homens de grande mérito, Francisco Octaviano, o primeiro Rio Branco, Franco de Sá e outros se esmeravam na correção de seus discursos, fazendo questão de um simples vocábulo mal empregado.

Em 1878, principia a publicação semanal dos célebres *Microcosmos*, no *Jornal do Comércio*, série de artigos sôbre assuntos os mais variados e que havia de continuar por dez anos ininterruptos, naquele conceituado órgão da imprensa carioca.

No ano seguinte, pelas colunas da *Revista Brasileira*, rebate a critica a alguns poetas nossos, consignada por Camilo Castelo Branco em seu *Cancioneiro Alegre*. Mostrá-ra-se mui rude o escritor português com alguns dos nossos poetas, principalmente com Fagundes Varela. Portou-se Laet com tal delicadeza, embora enérgico, revelou tanta cultura, ostentou tal riqueza de estilo, que Camilo lhe respondeu com muita galhardia, ainda que não deixasse de terminar com êste motêjo: "Os srs. escritores brasileiros que enviam preleções de linguagem portuguesa, se me quiserem obsequiar dum modo mais significativo e proveitoso, mandem-me um papagaio, uma cotia e alguns frascos de pitanga. Quanto à linguagem, muito obri-

gado, mas não se incomodem". Ao todo, três artigos de Laet e dois de Camilo, ficando aquêle com a última palavra. Não é preciso recordar que o nosso patricio respondeu às ironias de Camilo com outras e lhe arrebatou as palmas da vitória, pois de quatro êrros apontados ao genial escritor português, dois deles ficaram por conta dos revisores tipográficos e os outros não houve como defendê-los. Ao terminar a polêmica, lamenta Laet não poder em tudo satisfazer a vontade de Camilo, quando tanto insistia para que destas plagas lhe enviassem a pitanga e o macaco. "De pitanga não é mais tempo, escreveu êle, e quanto ao macaco entro a hesitar se devo mandar-lhe do antigo ou do novo continente."

Por aqui estava Laet empenhado em outra polêmica, em tôrno do dialeto brasileiro, envolvendo-se na discussão Araripe, Fausto Barreto e João Ribeiro. "Em tôdas as linguas, há quem as estropie, sem formar dialetos,, sentenciou Laet.

O seu destino natural era a politica. Filiado ao partido liberal, já se não cingia apenas ao jornalismo político, pois com verdadeira paixão acompanhava o alvoroço da vida pública, naquele último decênio da monarquia.

Não escondia a sua confiança no presidente do conselho, o visconde de Ouro Preto. Mais tarde havia de registrar dentre outras a seguinte impressão que guardou do inclito estadista:

"Tornava-se preciso dissolver a câmara. Foi dissolvida... E na memorável sessão, que foi a última do parlamento brasileiro, como aparece, nítida e refúlgida, a recortar-se naquele fundo tempestuoso, a silhueta do primeiro ministro, respondendo de improviso ao preparado discurso do padre João Manuel, tomando-lhe do epílogo o revolucionário "Viva a república,, e vitoriosamente respondido, com a apologia da tolerância monárquica às declamações do ódio que ensaiava os primeiros vôos para a rapina de 89! Naquele dia, ou nunca, a eloquência parlamentar existiu em nossa pátria."

Apresentado candidato a deputado geral, simultâneamente pelas províncias de Mato Grosso e da Paraíba, foi eleito por ambas, sem contudo tomar posse da cadeira, pois o início da nova legislatura estava marcado para o dia 20 de novembro de 1889.

Nas eleições à constituinte republicana, Carlos de Laet foi eleito pelo distrito federal, mas o seu direito não foi reconhecido. Bem cedo principiou a república o regime das degolas.

Não podendo, assim, prosseguir na carreira política, não arrefeceu contudo o seu ardor e, fiel à causa monárquica, monarquista esclarecido, culto, inteligente, consagrou-se arduamente à pregação cívica, mostrando os erros da república, as falhas dos seus homens, os desacertos do seu governo, a tudo opondo a sábia política imperial, a invejável situação do Brasil no dia 15 de novembro de 1889, os modelares varões do império e a incomparável pessoa do imperador.

Exilados os principais chefes monárquicos, passou a ser preponderante a posição do nosso jornalista, a ponto de afirmar Alfredo Paiva, nas *Questões políticas e sociais*, em 1891, que foi "o chefe da oposição política no Brasil, depois da proclamação da república, o sr. dr. Carlos de Laet, que se tem mantido no posto notabilíssimo e honroso, onde tem demonstrado o vigor do seu talento e a valentia e fortaleza do seu caráter., (Alfredo de Paiva, *Questões políticas e sociais*, Juiz de Fora, 1891, p. 94).

Foram surgindo e multiplicando-se os incidentes. Com muito aqôdo, o governo mudara o nome do Colégio de Pedro II para o de "Instituto Nacional de Instrução Secundária., (21-11-89). Ao já antigo professor afigurara-se-lhe injusta a referida alteração

onomástica e neste sentido, em sessão da congregação, propôs que se representasse ao governo provisório contra a decretada mudança. "Os tempos eram duros, a proposta foi julgada criminosa e demitiram-me, saltando por cima da lei garantidora da minha vitaliciedade (21-11-1889), consignou mais tarde, Houve numerosos protestos, dentre os quais o do *Jornal do Comércio*. Todavia, diz Laet: "Demitido, porém, fiquei, não obstante haver-me pessoalmente significado a sua má-gua o dr. Benjamim Constant, dizendo-se estranho ao caso, arguição que logo rebati, designando-lhe, no *Diário Oficial* da véspera, a declaração da total solidariedade de todos os membros do Provisório... Continuando na imprensa a minha campanha oposicionista, nunca, absolutamente nunca aludi à injustiça de que fôra vítima. Em princípios de 1891, jubilo-me o governo e no cabeçalho do seu decreto declarou fazê-lo não só porque prometera respeitar todos os direitos adquiridos, mas por já não subsistirem as razões (nunca dissera quais!) que haviam determinado a minha demissão.,

"Evitando o regime de terror e as delações que no Rio de Janeiro sucederam à explosão da revolta naval de setembro de 1893 — é ainda Laet quem escreve — procuramos abrigo no hospitaleiro território de

Minas". Refugiou-se em São João del Rei, levando consigo a família. De lá remeteu copiosa colaboração ao *Jornal do Comércio*, posteriormente reunida em livro, a que deu o nome *Em Minas*, como gratidão à gasalhosa acolhida e à liberdade desfrutada no seu destêrro (Carlos de Laet, *Em Minas*. Viagens, literatura, filosofia. Rio de Janeiro, Cunha & Irmão, editores, 1895). Traz a monografia de São João del Rei e um estudo sobre São José del Rei. Intitulam-se as demais partes: As cruzadas hodiernas, Um soneto célebre, Os herdeiros do naturalismo, Uma tradução de Horácio, Pela Pérsia e O grande problema histórico.

Regressa o ilustre escritor ao Rio de Janeiro, onde passa a lecionar no Ginásio de São Bento, no Seminário Arquiepiscopal de São José, Colégio Mairinque e em outros estabelecimentos particulares. Já era professor honorário da Academia de Belas Artes e do Liceu de Artes e Ofícios, bem como sócio honorário do Liceu Literário Português. Trabalha afanosamente na docência, na imprensa e não raro frequenta a tribuna, proferindo conferências, principalmente religiosas. Fundada definitivamente a Academia Brasileira de Letras, em 1897, aceita Laet dela fazer parte, ocupando a cadeira n.

32, cujo patrono é Manuel de Araujo Porto Alegre.

A esse tempo, publicavam-se dois órgãos monárquicos na capital do país: *Liberdade e Gazeta da Tarde*, tendo este último por principal proprietário o coronel Gentil de Castro e sendo o primeiro dirigido pelo conselheiro Cândido de Oliveira. Fiavam-se os monarquistas na palavra do presidente da república, pois Prudente de Moraes havia afirmado que nenhuma objeção se podia fazer contra o desejo dos que pretendiam restaurar o antigo regime, tão legítimo quanto o dos republicanos, que durante a monarquia abertamente propalavam as suas idéias, nos jornais e nas tribunas populares.

Certo dia, encontrando-se Laet, no saguão do edifício de um destes jornais, chegou-se-lhe alguém, indagando por qualquer pessoa da redação. Perguntou-lhe Laet com quem estava falando, sendo-lhe respondido ser êle, visitante, Carlos Bittencourt, ministro da guerra. Conduziu-o até a sua mesa. Vieram sentar-se a seu lado o general Bittencourt e o coronel Gentil de Castro, chegado logo a seguir. "Reclamava Carlos Bittencourt contra um artigo em que fôra acusado da indébita acumulação de vencimentos de ministro e de membro do supremo tribunal militar; citava disposições legais em sua defesa e entendia que lhe era devida uma retificação.,

— O artigo em questão — disse Laet — foi escrito por um general como v. ex. e igualmente conhecedor de leis e regulamentos militares, o sr. Cunha Matos.

Nisto, também entra na sala o general Cunha Matos. Passam a discutir o assunto, ficando resolvido que o jornal publicaria as razões expostas pelo ministro, ainda que o articulista não abandonasse a sua opinião.

Recordava mais tarde Laet que neste incidente estivera ladeado por dois homens, Gentil de Castro e Carlos Bittencourt, “já sigilados pela Providência a figurarem na história do Brasil, em duas páginas ltuosas, que eles deviam rubricar com o sangue das suas veias, sangue nobilissimo, porque foi o do martírio pelas causas que defendiam..”

Ambos os referidos órgãos da imprensa eram acatados por suas opiniões; principalmente os artigos de Laet sobre política geral e os de Candido de Oliveira sobre assuntos económicos e financeiros eram de leitura indispensável à orientação dos mais operosos membros do congresso nacional.

“Bastou, entretanto, a deplorável insurreição de Canudos para decidir da sorte dos jornais monarquistas. Um grupo de sertanejos maltratados e espezinados pela incúria do govêrno, acendeu no sertão baiano os da resistência a mão armada. Espalhou-se

então que escasso milhar de revoltosos constituia legião inumerável de “sebastianistas”, sob a chefia do conde d’Eu! Gentil de Castro, no dizer desses infames caluniadores, para lá teria enviado dinheiro, bombas, artilharia e até oficiais aguerridos... Logo, era lícito concluir que patrióticos se tornavam o assassinio de Gentil de Castro e a destruição das folhas monárquicas. Foi o que se fez”.

Os partidários do presidente da república não lhe seguiram a opinião. Escreveu mais tarde Laet: “Mal consoante com esta opinião, foi, porém, a atitude de Prudente, quando em público documento se congratulou com os governadores estaduais pela extinção do monarquismo. Pensava o egrégio varão, que assim, satisfeita a voracidade lupina dos exaltados, mais pacífico lhe correria o govêrno. Enganava-se. Muito não tardou que contra êle mesmo, presidente da república, se volvesse a turba raivosa e sedenta de sangue.

“Em 5 de dezembro, sempre do fatídico ano de 1897, no antigo arsenal de guerra, o braço de um soldado, Marcelino Bispo, armado por vasta conspiração de cuja cumplicidade mal se lavaram famosos próceres republicanos, tentava matar o chefe do estado.

Entre o ferro do assassino e o peito da vítima interpôs-se alguém: Carlos Bittencourt. Contra este se enfureceu o sicário e trucidou-o.

"Acompanhei como simples curioso — continua Laet — o enterramento do marechal de Ouro, como então o chamaram. Chegado o préstito ao cemitério de São João Batista divisei Prudente de Moraes, a pé, descoberto e acompanhando o féretro de quem por ele perdera a vida. Os tempos eram revoltos. Contra o presidente referviam os ódios despeitados pelo malogro do crime: mas ele ali estava cumprindo o seu dever... Alcei então um viva àquele velho serenamente destemido... Volveu ele os olhos, provavelmente não me reconheceu, mas agradeceu-me com leve inclinação de cabeça e um triste sorriso, em que li o grande princípio da solidariedade humana, muito superior às contingências das paixões políticas... Foi, aliás, o único viva que tenho dado a chefes da república,,.

No ano de 1899, entenderam também os monarquistas de comemorar o primeiro decênio da república, celebrando-o, porém, de maneira proveitosa ao país. Mobilizaram os mais conspícuos escritores e cada um em sua especialidade passou a rever quanto fizera o novo regime nos vários sectores polí-

ticos e administrativos. Finanças, riqueza pública, instrução, imprensa, parlamento, direito privado, justiça, eleições, exército, saúde pública, municipalidade do distrito federal, armada nacional, comércio, segurança individual, polícia, foram detidamente criticados. Apresentaram os seus autores tal acervo de fatos e feriram com tal agudeza os assuntos, que nenhum historiador dos primórdios republicanos no Brasil deixou, até hoje, de invocar aquela fonte histórica. As monografias, reunidas em oito volumes, receberam o título de *A década republicana*. Coube a Laet o estudo da imprensa, melhor, da liberdade de imprensa no aludido período. (*Década republicana*. Rio de Janeiro, Companhia Tipográfica do Brasil, 1899, v. II, monografia n. IV, de pp. 69 a 191).

Num dos seus costumeiros e tão apreciados artigos, assim resumiu Carlos de Laet, muitos anos depois, em 1912, a sua monografia, atualizando-a naturalmente com a chegada de novos fatos. Releiamos estas suas colunas do "Jornal do Brasil":

"Não se passa um ano que não justifique a especial ogerisa em que a república tem a liberdade de pensamento, agredida em seu principal órgão, que é o jornalismo, logo que se desencadeia qualquer tempestade política.

O segundo império foi a liberdade, na sua mais larga e generosa accepção, para com todos os que manejavam a pena.

"Todos pensávamos como queríamos e dizíamos o que pensávamos" — declarou, em 1891, nesta mesma folha ("Jornal do Brasil", 1.^a fase, n. de 8 de dezembro) o sr. professor José Veríssimo — repetindo assim relativamente a Pedro II, o Magnânimo, aquilo que de Trajano dissera Tácito: *Rara temporum felicitate, ubi sentire quae velis et quae sentias dicere licet* (Hist., I, 2).

"Assis Brasil, naquele tecido de paralogismos (e alguns muito ingênuos) que se intitula *A República federal*, livro copiosamente difundido em 1888, dá testemunho da liberdade que então desfrutavam os mais acerbos adversários das instituições, declarando que a ser monarquista não o obrigava o fato de *poderem êles* (os republicanos) *insultar o governo*" (página 70).

Ciro de Azevedo, em uma de suas obras de propaganda republicana (e foi delegado de polícia da Côrte, isto é, da capital do império, com expressa autorização dos próceres republicanos Quintino Bocaiuva e outros) descreve a aparatosa instalação do Clube Republicano de Campinas, destinada (explica êle) — "a impressionar a massa popular,

encaminhando a veneração pública" (*Três conferências*, Rio, 1887, p. 20).

"A tôda essa liberdade praticamente inexcedível (e dela hoje dão testemunho, em seus dias aziagos, os próprios republicanos) veio pôr têrmo a revolução insuflada por discolos e realizada pela guarnição do Rio em 1889.,,

"No tempo do govêrno provisório teve de cessar a publicação a *Tribunal Liberal*, *ex-vi* do decreto de 23 de dezembro de 1889, que a jornalistas paisanos comina as penas dos artigos de guerra, arcabuzamento inclusive, quando imprudentes se descomedissem na linguagem. Em sua obra imortal *Fastos da ditadura militar*, sob o pseudónimo de Frederico de S., devidamente ferreteou Eduardo Prado êsse inominável atentado, de que foi co-autor o sr. conselheiro Rui Barbosa, cabeça jurídica da onipotente ditadura.

"Já em 1890 (em seu n. de 26 de março) confessava o *Estado de São Paulo* que "tinha então a imprensa, sob a república, garantias menos seguras e eficazes do que as que lhe dera a monarquia.

"O crime perpetrado contra *A Tribuna*, foi uma monstruosidade inqualificável e passou-se aqui no Rio, às barbas do govêrno. Houve uma morte e graves ferimentos. O

poder judiciário, mantendo-se abaixo da sua missão, inocentou os réus, declarando que os mandantes não são responsáveis pelos excessos acaso cometidos pelos mandatários!

"Logo em seguida à vitória da sedição que depôs Deodoro (23 de novembro de 1891), o *Diário do Comércio* e o *Novidades* padeceram ameaças e violentos ataques.

"O Brasil,, folha católica, *cujus pars minima fui*, foi intimado a cessar a publicação porque seu redator se pusera à frente das manifestações de pesar pelo passamento do imperador. O dr. José Higino, então ministro da justiça, declarou-se impotente para conter os convulsados elementos da anarquia.

"No tempo de Floriano escusado se faz lembrar como viveu o jornalismo nacional. Entre os deportados logo no começo da quadra florianesca, havia não poucos jornalistas: Demerval da Fonseca, Pardal Mallet, Olavo Bilac, José do Patrocínio, Bandeira Junior, Oscar Rosas, Muniz Varela, Francisco Antonio de Almeida e aquele inditoso Plácido de Abreu, que, escapando do exílio, estava reservado ao assassinato legal de 1893.

"Mais tarde foi um horror. Ao invés do que tinham escrito Tácito e José Veríssimo,

não havia liberdade nem mesmo de pensar, quanto mais a de dizer como se pensava! Campeou a delação e deixou de ser ignobil por se fazer primeira auxiliar do govêrno. Um decreto curioso, referendado pelo dr. Fernando Lobo (n. 1.553, de 13 de outubro de 1893) regulou a liberdade de imprensa durante o estado de sitio. Por êle ficou sendo licito publicar tudo quanto não desagradasse aos tiranos.

"Na casa de correção estiveram muitíssimos homens de imprensa. Carqueja Fuentes, do *Jornal do Comércio*, lá padeceu algum tempo. O redator-chefe desse importante órgão teve de subtrair-se à sanha republicana, buscando seguro asilo. O general Honorato Caldas foi arrastado ao cárcere por ter escrito um artigo. Cassio Farinha, Serpa Junior, Moura Brito e outros igualmente aprenderam o que em república vale e custa o direito de pensar alto. Rui Barbosa, egrégio fautor do novo regime, também desde então soube quão longe estava da tolerância do segundo reinado, e por salvar a existência teve de emigrar para a Argentina e a Europa.

"Prudente de Moraes, assumindo o govêrno após êsses tremendos paroxismos, deu algumas esperanças de que saberia respeitar o jornalismo e a liberdade, sem a qual não

passa êle de um disfarçado agente governamental. Mas para tanto não tinha pulso.

"Foi no seu período presidencial que se deram os espantosos sucessos do ataque, destruição e incêndio da "Liberdade", da "Gazeta", da "Tarde,, e do "Apóstolo", nesta cidade, fatos a que logo succedeu o vilissimo assassinato de Gentil de Castro, cuja casa particular (à rua do Passeio) fôra na véspera assaltada e saqueada.

O que hoje se dá na capital do Pará não é, portanto, mais do que a reprodução, por *mashorqueiros* republicanos contra republicanos, dos crimes em 1897 perpetrados contra homens de imprensa monarquistas e, senão com aplauso, ao menos com a tácita anuência dos jornalistas do novo regime. O assalto à casa do republicano Antonio Lemos repete a escalada e saque da propriedade particular de Gentil de Castro. A destruição e incêndio da "Província do Pará", ao som da Marselhesa, é corolário do crime de 1897 nas casa de redação e nas tipografias dos órgãos monárquicos.

"De 1889 e 1900, na memória que bosquejei para a *Década republicana*, vêm documentados todos os crimes contra a liberdade de imprensa nas províncias ou estados, que, quanto mais autónomos se dizem, mais escravizados ficaram. Transcrever tudo isto

encheria colunas... Páginas de humilhação e de luto na história da mentalidade pátria!

"Quando ao poder subiu o sr. Campos Sales, algum tanto se alentou a liberdade de escrever. S. ex. (valha a verdade) não foi um perseguidor... Mas o jornalismo, desmoralizado pelo terror, entrou a confundir liberdade e licença, criou-se a imprensa amarela, e o que com o miserando Apulcro fôra um caso esporádico, fêz-se meio comum para ter platéia e mercadejar pela "chantage,,. E então o govêrno sentiu necessidade de pagar o silêncio do banditismo jornalístico. Nesse propósito (confessa o dr. Campos Sales) gastou s. ex. uns *mil contos* e pico (*Da propaganda à presidência da república*, São Paulo, 1908, p. 358). Mil contos e tanto subtraídos ao produto dos impostos para subornar jornalistas infames!

"O regime destarte vai oscilando entre a violência e a morte e ao saque, de uma parte, e, da outra, a corrupção cifrada em milhares de contos. O jornalismo aparece ou martirizado ou corrompido. Desaprendeu-se a liberdade...

E foi para isto que se fêz a república...
Toquem a Marselhesa!"

Além das atividades normais da cátedra e assiduidade com que escrevia na imprensa, o nosso biografado freqüentou a tribuna, de

modo especial nos dois primeiros lustros deste século, ocupando-se de assuntos históricos, e principalmente de temas da atualidade, sociais, políticos, religiosos, literários e pedagógicos.

Era então membro do conselho superior da Sociedade de São Vicente de Paulo e presidente do Círculo católico da mocidade. Esta última associação constituía o principal sodalício, nesta cidade, em que os católicos debatiam as questões palpitantes do momento, fazendo-se ouvir a palavra autorizada dos vultos mais eminentes do clero ou dos leigos. Aflua o mais seletto auditório, tendo à frente dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, a princípio arcebispo e, depois, primeiro cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro.

Laet cada vez mais se impunha à admiração geral pelo talento e saber, constituindo uma honra o seu acolhimento nas associações culturais então existentes, nas quais — diga-se a verdade — os republicanos mais exaltados não o viam com bons olhos.

Assim, assinalou-se por vários incidentes a entrada de Carlos de Laet para o nosso querido Instituto histórico e geográfico brasileiro.

Por proposta firmada pelo conselheiro Cândido de Oliveira, visconde de Ouro Preto,

conde de Afonso Celso, dr. Marques Pinheiro e barão de Paranapiacaba foi apresentado o seu nome, na sessão de 12 de agosto de 1907. Quase dois anos depois, o ilustre primeiro proponente reclamava a demora dos pareceres a fim de ser dada solução ao caso. Foram prestados esclarecimentos pelo secretário perpétuo, dr. Max Fleiuss, em sessão de 30 de junho de 1909, estando na presidência o barão do Rio Branco. A informação é longa e vem acompanhada da transcrição de cinco documentos (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio, Imprensa Nacional, 1910, tomo 72, parte 2.^a, pp. 341 a 346).

Eis em síntese os fatos: pelo marquês de Paranaguá foi designado para dar parecer o membro da comissão de história, dr. Jesuino da Silva Melo, que solicitou as obras do candidato para o necessário exame. Endereçando o pedido ao autor, cometeu evidente erro psicológico o saudoso secretário perpétuo. Dirigiu-lhe Laet a seguinte epístola: "Ilmo. sr. Max Fleiuss. Atenciosas saudações. Recebi a carta em que v. s. me determina que lhe envie exemplares de opúsculos meus, que, segundo me informa, foram indicados em uma proposta para sócio do Instituto histórico e geográ-

fico brasileiro, do qual é v. s. secretário perpétuo.

“Não tendo absolutamente concorrido para a apresentação dessa propôsta, unicamente devida a exagerada benevolência de alguns dos nossos amigos e correligionários políticos, bem compreenderá v. s. que de todo me devo manter estranho aos trâmites para a minha duvidosa admissão, e que portanto me excuso a nisto obedecer a v. s., cujas atenções agradeço. Outrossim, me informam de que a exigência agora formulada, nem é dos estatutos, nem tem sido feita em relação a outras propostas.

“Aproveito o ensejo para significar a v. s. os protestos de aprêço com que sou de v. s. confrade obrigadissimo. Carlos de Laet — S. C., 12 de setembro de 1907.”

Segunda carta ficou sem resposta. Jesuino emitiu juízo favorável, valendo-se de um volume das obras de Laet, obtido por empréstimo.

O conselheiro Cândido de Oliveira ofereceu a exame o segundo volume de *A década republicana*, em que vem o trabalho sobre a *Imprensa*, a que já aludimos. Leite Velho exarou o seguinte parecer: “Cheguei ao conceito de que lhe faltam os característicos essenciais que permitem classificá-lo

no grau dos estudos históricos, visto como se estreita nos limites de um índice de fatos ocorridos no período agitado a que se refere (*Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio, 1912, tomo 74, parte 2.^a p. 635). Prossegue afirmando que, baseado em tal escrito, daria parecer contrário à admissão de Laet, todavia por ato de um amigo teve oportunidade de ler o seu livro *Em Minas*. Este, sim, agradou o relator, a ponto de afirmar que percorridas rapidamente as primeiras páginas, foi logo atraído pelo estilo e fixou a atenção, acreditando que se armara uma cilada ao Instituto com a remessa do trabalho que não poderia abrir as suas portas ao autor, para somente depois surgir o excelente trabalho *Em Minas*.

Continuava protraída a solução do assunto, já agora hibernando noutra comissão do Instituto, em que o barão de Alencar dissentiu da má vontade reinante, nestes termos: “Discordo do parecer supra (referia-se ao de Antonio Martins de Azevedo Pimentel). Sou sem restrições pela admissão do sr. dr. Laet, em quem reconheço tôdas as condições para ocupar uma cadeira neste Instituto... A isto se acrescentem as palavras de Miguel de Carvalho: “A praxe alterou o processo de admissão; o que de há muito vigora é a proposta para admissão de só-

cios instruída com seus trabalhos e não me recorde que alguém tenha sido candidato apresentando diretamente trabalho próprio ou por algum sócio em seu nome”.

Aprovado o parecer, afinal, na sessão de 16 de outubro de 1911, por simples maioria de sufrágios e depois de mais de quatro anos de tramitação, Laet nunca tomou parte nos trabalhos do Instituto. Fato este bastante lamentado pelo orador oficial, o barão de Ramiz Galvão, quando lhe fêz o necrológio (*Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio, 1929, tomo 104, p. 1.138).

Certa ocasião, apreciou Laet os fatos que acabamos de narrar: “Os meus amigos — escreveu — entenderam conveniente mencionar, entre alguns trabalhos com que hei procurado servir à história do meu país, essa exposição dos tristes sucessos que no período republicano constituem o martirológio do jornalismo nacional.

“Submetidos os meus pobres opúsculos à temerosa crítica dos juizes do Instituto, um deles houve que me lançou em rosto o haver citado muitos fatos na memória a que tenho aludido. O diabo do crítico queria uma história sem fatos e lamentava a abundância deles, em um raconto, não destituído de considerações (e muitas delas, por sinal, susci-

taram acesa polêmica), mas amplamente documentado com a fiel relação das violências, crueldades, ferocidades e vandalismos perpetrados contra a imprensa, seus homens e seu material, pelos políticos do vigente regime.”

Enquanto andava a passo moroso o processo de sua admissão e também depois dele, Laet por várias vezes acerou os seus remos, dirigindo-os a membros do Instituto. A meúdo envolvia nas suas ironias o saudoso e querido secretário perpétuo do nosso sodalício. Assim, no final de certa crítica ao futurismo, em que meteu a ridículo o milanês Marinette e sua escola, terminou, como aliás era de seu costume, lembrando um fato nacional. Diz Laet: “Uma das coisas que me entristecem é que, adotado entre nós o futurismo, seria preciso talvez, fechar o Instituto Histórico: e que fazer então do secretário perpétuo, sr. Max Fleiuss? Fleiuss?..

Já agora estamos em pleno hermismo. Desde o início da campanha, o brilhante jornalista propugnou a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, opondo-se, como dizia, à candidatura pseudo-civilista do sr. general Rui Barbosa.” É que Laet se aproveitava do generalato honorário outorgado pelo ditador a todos os membros do governo

provisório. O ato governamental, que cassou tais honras a Rui Barbosa, em virtude dos seus artigos de imprensa, escritos no estrangeiro, as *Cartas de Inglaterra*, fôra revalidado por Prudente de Moraes.

No auge da campanha, teve os seus aze- dumes, inclusivê com correligionários e di- letos amigos, entre os quais o conselheiro Andrade Figueira, com o qual travou acir- rada polémica, cessada, porém, mediante sim- ples pedido do conselheiro João Alfredo. Não foi esta a única vêz em que Laet suspendeu ex-abrupto determinada polémica, sem dar ex- plicações e só a rogativa de amigos.

Antes e depois da campanha, sempre se revelou acérrimo defensor das nossas insti- tuições militares. No formoso discurso em resposta ao general Dantas Barreto, quando da sua recepção na Academia Brasileira de Le- tras, ao recipiendário tomou-lhe Laet certa afirmativa de todo falsa e rebateu-lha. Re- ferira-se o general Dantas Barreto à "muito apregoada sabedoria de um rei inimigo do exército". A defesa de Pedro II reside numa explicação histórica e desdobrou-a o orador com a segurança costumada:

"O desprezo dos nossos elementos béli- cos, quando inopinado nos atacou o segundo Lopes, era antes o resultado não da hostili- dade ou desarmonia do soberano para com

o exército de Caxias e a marinha de Taman- daré, o consecrário de uma política que, tendo criado a organização militar do Para- guai e esperando que em boa e leal amizade frutificasse a sementeira de tal política, abso- lutamente não curava de agressões externas, e de corpo e alma se entregava a labores do seu desenvolvimento nas indústrias e no co- mércio, nas letras, nas artes, nas omnimo- das manifestações de uma labuta fecunda.

"Felizmente, sr. general, para causa e final apuração da verdade, pertenceis ao nú- mero daquelas honradas testemunhas que, ci- tadas ou para a acusação ou para a defesa, em nada alteram a legítima exposição dos fatos; e assim e já em outro lugar desse mesmo livro (referia-se às *Impressões mili- tares*) eu vos encontro a bosquejar as ruínas do exército em 1894, cinco anos após a de- cretação do exílio do último imperador e quando os revoltosos ameaçavam o Paraná". E lá vinha a indefectível pontinha irônica: "Deixai que disto, em prol da justiça, eu tire proveito e concedei-me, ao menos, que no descalabro de 1894 nenhuma culpa teve o so- berano que pintais como infenso ao exército.,,

Reconhecia Laet que os ataques e as mofas dirigidos ao presidente da república, ao tempo da recepção de Dantas Barreto, abalavam o princípio de autoridade e por

isto acudiu com estas considerações, quase ao final do seu referido discurso:

"Para mim representais, sr. general, o princípio da autoridade, que paira acima das formas de govêrno. O que ora está verdadeiramente em questão, não é se o supremo magistrado tem de ser vitalício ou quadriennial, se por investidura hereditária ou se mediante o que chamais eleição: o que se agita na profundidade das consciências em revolta é a supressão de tôda fé, de todo culto, de todo govêrno. Os que se alegram quando uma realza vem abaixo, mal reparam na grande semelhança entre as cátedras chamadas tronos e os tronos em que se assentam as magistraturas democráticas. O dia de amanhã, para todos os povos, denuncia-se cheio de borrascas. Encostai ao chão o ouvido, como fazem os nossos indígenas, e aprenderéis que não longe vem a turba desvairada e destruidora.

"Nestas condições, em meio das tendências anarquizantes da atualidade, eu vos considero, a vós e aos vossos companheiros de armas, como o último baluarte de uma ordem de coisas periclitantes nas sociedades modernas e cuja queda marcaria o mais fragoroso desabe social.

"E o vosso papel nesta Academia, folgo em dizê-lo, é ainda um prolongamento da vossa missão no mundo politico.,,

Em 1911, em virtude de dispositivos da nova lei orgânica do ensino, requereu Laet a regência da cadeira vaga de geografia, matéria para a qual havia feito dois concursos, como vimos. Foi-lhe reconhecido o direito e declarado em disponibilidade. Tanto bastou para os seus desafetos inventarem situações deprimentes para o ilustre professor. Certo acadêmico, lembrado com freqüência nas ironias de Laet, forgicou o aleive de que a sua nova posição no Colégio de Pedro II e a gorda indenização de oitenta contos de réis, que iria receber, eram o pagamento da sua valente campanha hermista. Explicou o fioso jornalista ser a questão docente mera restituição de parte da situação que lhe cabia por justiça e quanto aos oitenta contos, nenhuma notícia tinha que alguém lhe quisesse pagar tal quantia. Não seria mau recebê-la, porém nada havia a respeito e somente para caluniá-lo é que se inventou o pretenso pagamento.

Fazendo côro com os seus detratores e ignorando as referidas circunstâncias, um colaborador do "Jornal do Recife" reeditou as aleivosias, referindo-se ao "Matusalém" Carlos de Laet.

O nosso Laet principiou a reduzir a pó o seu gratuito caluniador e o fêz por partes. Primeiramente relembrou que o patriarca da

antiga lei viveu 969 anos, ao passo que êle contava 65. Logo, o erro já era grande, erro de 904 anos. Explica os fatos e acrescenta não ser preciso escrever mais nada naquele recado de Matusalem a Calino. E acrescenta: "Calino é que não tem idade histórica definida." No final, mostra-se afaivel com o seu agressor e diz-lhe que através dos seus solecismos, inépcias e mentiras, obriga nele um jornalista que com mais 30 anos de estudo talvez se torne aproveitável. Matusalém sauda Calino. Nunca mais se ouviu falar no tal colaborador.

Neste incidente, teve Laet um simpático defensor no jovem estudante de direito, Anibal Fernandes, que foi até quem lhe deu conhecimento do ataque, em lhe remetendo ambos os artigos. É o grande jornalista, político e jurista dos nossos dias.

Laet reverteu à atividade como professor catedrático de português do Externato do Colégio de Pedro II, a primeiro de setembro de 1915, passando logo a ser o decano do corpo docente, com o direito ao cargo de vice-diretor. Diretor foi de 1917 a 1925 e nas suas duas casas, externato e internato.

Na Academia Brasileira de Letras exerceu a presidência de 1919 até a véspera do Natal de 1922, quando renunciou.

Quando de sua presidência, foi eleito para o nosso mais alto cenáculo das letras dom Silvério Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana e primoroso escritor. Propondo-se Laet designar o acadêmico que o havia de receber, em sessão solene, viram logo os seus colegas que ninguém melhor que o denodado batalhador católico poderia falar em nome da Academia, na recepção de um príncipe da Igreja. Interpretando o sentir geral, Afrânio Peixoto fez a proposta, logo recebida pelo aplauso dos membros da companhia.

Submeteu-se à aclamação e a 28 de maio de 1920, após o discurso do recipiendário, como é do estilo, proferiu a sua oração.

É uma resposta altíssima às palavras de dom Silvério e uma saudação de carinho e de entusiasmo à sua pessoa. Não sei com que base afirmaram haver o orador tratado humoristicamente dom Silvério, alterando-lhe a primeira parte do nome para chamá-lo de dom Glicério. Da primeira à última palavra ressalta, no encantador discurso, o respeito e a admiração de Laet pelo venerando ancião, de 79 anos de idade, apóstolo daquela Igreja de quem êle era o mais estrênuo defensor e servidor intelectual no

Brasil. Sem dúvida alguma os seus períodos, sem exceção, estão cheios de ironia e de mordacidade ferinas, dirigidas, porém, não ao recipiendário mas a colegas seus de imprensa, entre os quais o próprio Alcindo Guanabara a quem dom Silvério vinha substituir na Academia, contra políticos e também contra um ou outro, ali presente, da douda companhia.

Como a resposta a Dantas Barreto, o seu discurso é breve e mais breve ainda se torna pelo estilo encantador, leve, de linguagem castiça, sem uma demasia, quase sem citações, isento de devaneios, bem concatenado, de perfeita seqüência lógica, adequada à época, ao meio, às circunstâncias e pessoas. São estas as qualidades que atraíam a atenção dos leitores para os escritos de Laet e que o faziam o jornalista mais lido do seu tempo.

Diante da benevolência com que o novo acadêmico julgava o seu antecessor, entendeu de lhe responder o seguinte, dirigindo-se ao prelado: "Permiti que, não como vosso conselheiro, que não ousaria ser, mas pela íntima confiança que deve reinar entre confrades nas letras, eu vos ponha de sobreaviso quanto a futuros julgamentos relativos a jornalistas e políticos, e notadamente a políticos jornalistas. Pelo seu diuturno

contacto com as turbas essa espécie de letrados adquire curiosa natureza psicológica."

E prossegue, mais adiante: "O jornalista político, segundo a necessidade inelutável de acompanhar a onda da opinião e de não a contrariar opondo-lhe a dêle, o que desastrosamente lhe angariaria antipatias e diminuiria a circulação da folha, longe de ser o diretor, é o joguete das maiorias e, por isto, não raro lhe sucede, antes de escrever, indagar como e em que sentido o faça."

Analisa Laet as obras do novo imortal e detém-se de modo particular num dos seus livros mais preciosos, intitulado *Prática da confissão*. Exalta-lhe o objetivo: "O tribunal da penitência! Especialíssimo tribunal em que não há promotor nem advogado, nem oficiais de justiça, nem soldados em armas: onde o réu é que se denuncia e acusa, e o juiz quem anima e consola; onde ajoelha o remorso e se levanta a paz de consciência! Para isto, senhor dom Silverio, traçastes o bom caminho. Felizes os que por êle corajosos enveredam! Deploremos os que recalcitram discutindo; porém mais ainda os que, de olhos fechados, se contentam de sorrir!,"

Narra como conheceu pessoalmente o arcebispo, que andava em visita pastoral pela

sua diocese. Em que época? “Quando o marechal Floriano (a quem Deus tenha em glória) entendeu que à minha saúde e à de outros concidadãos melhormente convinhavam as alterosas montanhas de Minas, não empestadas pelo estado de sítio. Durante onze meses me alberguei no coração de ouro do gigante de ferro, para me servir de uma bela imagem de Gorceix; e de povoado em povoado às vezes divagava por disfarçar o tédio e a melancolia da minha situação... Seu estilo ainda mais se aprimora, se é possível, ao descrever a recepção de dom Silverio na longínqua paróquia de sua jurisdição.

Alude, no final, a certo jornalista malicioso, que tratando da festa daquele dia, assinalava: “Teremos um arcebispo recebido por um conde, isto é, por um companheiro do Papa... Será delicioso! Vai ser um *Te deum!*... E de fato o foi, di-lo o próprio Laet.

* * *

Valiosos serviços prestou ainda àquele cenáculo das letras e à lingua portuguesa, na presidência dos trabalhos da comissão acadêmica eleita para dirigir o *Dicionário da Academia*.

No estudo de cada verbete, com a naturalidade dos doutos e bem a propósito aduzia a sua contribuição, muito além dos já dilatados limites da filologia.

Purista da linguagem, o mais límpido escritor nosso, Laet não tolerava se dessem fóros de legitimidade, sob pretexto da denominada lingua ou dialeto brasileiro, aos erros mais ou menos grosseiros do falar da nossa gente. No círculo de proteção da boa linguagem, colocava o zelo pela grafia mista, a usual dos bons autores daquela época, obedientes, até certo ponto, à etimologia. Escreveu muito contra a reforma ortográfica, triunfante mais tarde em Portugal e já projetada no Brasil para ser adotada por decreto da Academia.

Consoante o seu método, o ridículo lhe era a melhor arma de combate. Leiamos uma das numerosas páginas, ou colunas, que deixou sobre o assunto: “Havendo falado em Academia de Letras, que me prognostica em relação à reforma ortográfica? Parece que ninguém vai com ela...

— Está enganado. Sendo a grande aspiração identificar ortografia e pronúncia, tôda dúvida está em saber como se deve pronunciar. Em verdade o Medeiros diz *créce* e assim escreve; mas já os que pronunciam *crece*, não têm razão para grafar sem o s.

Por isto o governo, a requerimento do Silva Ramos, há de fixar a pronúncia oficial, a autêntica, a verdadeira, a *ne varietur*. Para isto, distribuirá discos fonográficos onde se achem registrados trechos dos nossos grandes oradores, na câmara e no senado. Marcar-se-á um prazo de tolerância, como para as notas a recolher, e depois pagará multa quem pronunciar errado.

Eu. — Magnificamente! Eu, se pudera, só proporia uma emenda, e seria que entre as fontes de boa linguagem falada também se incluísse o conselho municipal.,,

Era assim o grande Laet. Atuasse em que sector fôsse, religioso, social, político, histórico, filológico, pedagógico, o seu posto de comando ou quartel mestre era a imprensa. Nos jornais é que deixou as várias dezenas das polêmicas mantidas com os maiores nomes do seu tempo. É nos diários ou periódicos que encontramos os trabalhos de historiador, em que se esbatem biografias, a traços geniais, as de Pedro II, da princesa Isabel, do príncipe dom Luiz, do visconde de Ouro Preto, dos dois Rio Branco, Pedro Américo, Osvaldo Cruz e outros.

Manejava a pena com freqüência para discorrer sôbre assuntos políticos; porém se não circunscrevia aos fatos, nem aos comentários dos mesmos. Aprofundava as ques-

tões, alumando-as com o facho dos princípios. Erraria quem o tomasse apenas por amigo da família imperial ou como simples admirador de um passado, embora grandioso, do Brasil. Não era o louvaminheiro constante dos tempos pretéritos. A forma monárquica aliava tôda uma teoria de instituições políticas e requeria para a sua atuação a sinceridade de homens forrados de austeridade moral e sinceramente amigos do povo e da pátria.

O exercício do voto, o juri, a difusão do ensino, as virtudes cívicas preocuparam com freqüência o escritor.

Defensor de tôdas as liberdades públicas, não deixou nunca de clamar pela da imprensa, contra a opressão e a corrupção de governos e poderosos, contra a venalidade dos seus diretores, contra a incultura dos seus militantes, salientando que tais males, constituindo verdadeiros abusos, atentam contra aquela liberdade.

Daria para alentado volume a reunião dos seus artigos a respeito do valor e dignidade da imprensa e de seus batalhadores, bem como a estigmatização dos erros que os apartam de sua missão.

Jornalista por vocação e expoente da classe, procurou sempre dignificá-la e defendê-la, inclusivê dos maus elementos.

“Quanto aos abusos de imprensa, não podem ser combatidos senão pela própria imprensa, em primeiro lugar, e depois pela ação de leis equitativas e que, sem arrocho, devidamente castiguem os perversos ofensores de reputação alheia.

“Uma vez caluniado, chamei o meu detratador a um tribunal, acusei-o eu próprio, provoquei a demonstração do aleive e fiz condenar o meu injusto ofensor. Nunca, ainda quando o pudesse, quisera eu sem forma de processo arrastá-lo a um cárcere e privá-lo da sua propriedade”.

Em outro artigo, depois de jungir no mesmo elogio o livro e o jornal e de recordar o éstro poético de Castro Alves, que os celebrou inspiradamente, deixou-nos estes períodos: “Mas o diabo confabulou com alguns jornalistas, e ao cabo de algum tempo estava satisfeito e todo risonho, cofiando o *cavaignac*. Acabava de criar o jornalismo neutro e amareliço.

“A função dêsse interessante mecanismo não é absolutamente espancar a escuridão, nem o abutre, e muito menos o sátrapa, como se tinha afigurado ao Castro Alves. O jornalismo de tal espécie é uma ratoeira em que todos os dias tombam a credulidade pública e a reputação alheia. Quando êsse gênero de imprensa toma conta de um ho-

mem (e quase sempre ela em seus assaltos acomete os que dispõem de largos haveres, ou que em mãos têm as chaves do tesouro nacional) a vítima quase sempre perece, se levada pelo desespero não toma a mais negra e criminosa das resoluções... Suicidar-se? Não. Comprar o perseguidor.

“A imprensa sem partido e os partidos sem imprensa, mal que surpreendia a um notavel visitante platino e que êle assinalou como uma das singularidades brasileiras, extraordinariamente favorecem tal estado de coisas.

“O escândalo (ponderava já no seu tempo — e quanto mais agora! — o insigne José de Alencar) aguça até mesmo a atenção pachorrenta dos bons: os maus, êsses aplaudem sempre a queda de uma reputação; a calúnia, para êles, equivale a um nivelamento de caracteres. Assim se forma uma popularidade que bafeja sempre os escritos injuriosos. O insulto tem voga certa; a defesa é sedição e monótona. Não estranhe-mos, pois, que cidadãos de coragem tremam dêsse assalto moral, impunemente cometido na maior publicidade. Sua honra preservada durante uma existência inteira, provada por cruéis vicissitudes, recatada às vêzes com escrúpulo excessivo, pode afogar-se de repente nos vômitos da calúnia...”

A religião e a Igreja tiveram em Carlos de Laet o propagandista culto, enaltecedor dos seus fastos, apologista e defensor tanto mais eficiente quanto mais sincero e convicto. Foi o maior jornalista católico do Brasil. Despontasse qualquer erro, surgisse alguma falha moral, pervertessem os costumes, arranhassem o dogma, irrogassem algum aleive a membro do clero e espontaneamente a sua pena estava a serviço da religião de Cristo e dos seus ministros.

Eis os assuntos mais versados na sua colaboração: Separação da igreja do estado, divórcio, laicismo, ignorância religiosa, maçonaria, espiritismo, protestantismo, positivismo, frades estrangeiros, suicídio, socialismo.

Cobriu-o a maledicência com os seus baldões, tôdas as vezes que a sua sinceridade foi posta em dúvida. Nunca, porém, dele duvidaram as autoridades eclesiásticas e o reconhecimento de sua fé e dos seus serviços traduziu-o a Igreja em publicas manifestações, bastando salientar o título de conde romano, com que o agraciou o Santo Padre Pio X.

Não colocou nunca acima da religião os seus interesses pessoais ou as suas convicções políticas. É lição sua: "A Igreja cató-

lica não é simplesmente uma agremiação de fiéis que ela procura encaminhar à salvação eterna mediante praxes piedosas, limitadas às preces e outros atos cultuais. Ao invés disso ela, exercendo a docencia que lhe foi atribuída pelo Divino Mestre, também toma a si a direção do católico no convívio social, e não pode ser indiferente à maneira por que seus filhos procedam como cidadãos num país livre e onde do voto popular resulta tôda a construção política.

"O católico de bons costumes, exemplar chefe de família, soldado, médico, advogado, operário ou comerciante, que probidosamente cumpre os seus deveres, mas que em dia de eleição leve às urnas uma cédula que sufrague a candidatura de um inimigo da Igreja, não pode absolutamente estar em paz com a sua consciência, desde que haja colaborado para desmoralizar e perseguir a religião.

"Tão clara se patenteia esta verdade, que fôra perder tempo o demonstrá-la; e, assim sendo, não menos evidente é que faltariam aos seus sagrados deveres os prelados católicos, quando sistematicamente se calassem nos momentos em que mais necessários se tornassem o aviso e a lição da Igreja."

Em outra oportunidade, denota a coerência de seus atos com a boa doutrina:

“Em meu último artigo, querendo significar a predominância que, para o eleitor católico, deve ter o pensamento religioso sobre o interesse político, disse eu que ante a competição de dois candidatos, um monarquista ateu e o outro republicano católico, não devia hesitar o eleitor em sufragar o segundo. Mais ou menos foi isto. A revista transformou sufragar em *sufocar*, e, assim, durante vinte e quatro horas, até que aparecesse a retificação, passei por um sufocador de republicanos. *Abrenuntio!*

* * *

Homem combativo, defensor de grandes causas, Laet foi vítima não só de doestos, como também de calúnias. Não deixou nunca de revidar os primeiros e de desfazer as maledicências.

Com frequência lhe atiravam em rosto algumas de suas inspirações poéticas, insinuando-lhes o cunho imoral, principalmente para um jornalista católico e professor de colégios religiosos.

Em 1902, no intuito de esclarecer essa posição, em que falsamente o colocavam a meúdo os desafetos ou os adversários contra os quais centelhára o chiste ou endereçara o sarcasmo, dirigiu formalizado requerimen-

to ao presidente da Academia Brasileira, o inclito Machado de Assis, solicitando-lhe a convocação de um *Conselho de letras*, que julgasse os fatos arguidos.

Na verdade, tudo não passava de ironia e ridículo, pois tal petição nunca deu entrada no cenáculo, constando apenas do humorístico artigo de imprensa, tão comentado na época.

Dizia assim proceder à semelhança do direito dos militares, que, em se sentindo acusados, por uma ou outra forma, aberta ou subrepticiamente, logo requerem que se lhes instaure um conselho de guerra, afim de ser provada a acusação ou a sua inocência. E Laet, com a ironia costumeira, apelava para o “Conselho de letras”, afogando para sempre em ridículo os seus detratores: “Deve um homem de letras ter nascido com 50 anos? — perguntaria eu ao conselho acadêmico, se dado me fôsse redigir os quesitos; e tenho como certo que pelo seu “verdictum” isto apenas ficaria sendo obrigatório para os Acácios e outros seres fenomenais..”

Laet, no aludido artigo, com a sua sinceridade característica, confessa: “Pequei, talvez, mas nisso foi cúmplice o meu tempo.”

Com muita razão deixou escrita bem avisada advertência um seu adversário, se bem que em oportunidade mui diferente: "Com Carlos de Laet, a não ser com armas bem iguais, nada de contendas!"

Não foi preciso esperar o julgamento histórico para ser feita justiça ao brilhante intelectual brasileiro.

Quando de seu jubileu áureo nas letras e na cátedra, em 1922, o presidente da Academia iria receber carinhosa homenagem de seus pares. Certo pânico estabeleceu-se entre os da douta companhia, ao correr a notícia de que Medeiros e Albuquerque, na sessão magna, havia de recitar os famosos versos do homenageado, terminados no estribilho: "*Se eu fosse o teu galinho*".

Sem dúvida alguma, pensavam todos, era preciso demover do seu intento o desafeto de Laet. Iria êle comprometer a festa e transtornar o regosijo dos acadêmicos. O único imperturbável e sereno era o presidente do cenáculo, também única autoridade que poderia impedir o recitativo.

Medeiros e Albuquerque a cada passo recordava, nas gazetas, os versos de Laet. Quanto a uns, classificava-os de fesceninos e outros, de moral mui duvidosa. Principalmente em certo artigo ("Notícia", de 26 de março de 1908), com redobrada malícia

transcrevia algum dos versos do livro de estréia, "Poesias", e supunha o efeito da leitura nos seus alunos do Seminário Arquiepiscopal. Em tal escrito, Medeiros e Albuquerque tomava de cada vez apenas um verso, isolado dos demais. A impressão era de ofensivo à moral, ofensa que aumentava com os comentários imediatos do crítico.

Chegou o dia da homenagem e também o momento da oração do duplamente confrade de Laet, na Academia e na imprensa, porém seu acerbo adversário.

Tudo se desanuviou com a página literária lida por Medeiros e Albuquerque. Fez a resenha dos desejos de numerosos poetas em face do seu ente amado e até enalteceu Laet, quando termina cada uma de suas estrofes, dizendo apenas: "*Se eu fosse o teu galinho*".

A palavra do antigo e ferrenho adversário, a quem dirigiu os maiores doestos, inclusive naquele mesmo cenáculo e do qual recebera o troco em igual moeda, ressaltou ainda mais a grandiosidade das festas.

"O sr. Carlos de Laet e eu — disse o orador — passamos mais de vinte anos a dizer um ao outro coisas de que tôda a amabilidade estava excluída, quer no terreno pessoal, quer no político, quer — suprema injúria — no literário".

Recitou de princípio a fim, sem a menor omissão, a temerosa poesia e, com espanto geral, ficou patente que os versos não eram imorais. Explica-o o próprio Medeiros e Albuquerque: "Nós estamos comemorando hoje um fato que se passou há cinquenta anos. Ora, ha cinquenta anos o sr. Laet não era personagem austero e solene. Não era conde, não era comendador, não era presidente de nenhuma Academia. Era um rapaz de 25 anos, com as preocupações dos que têm essa idade. Nessa idade, como quase todos os escritores brasileiros, também êle perpetrrou um volume de versos.,,

Bem posteriormente, bem antes de morrer, Medeiros e Albuquerque incluiu o seu referido discurso nos "Homens e fatos da Academia,, (1934). E, se em suas memórias póstumas denigriu a reputação de Laet, não repetiu contudo qualquer aleive referente à moralidade das "Poesias".

*
* * *

Omitindo muitos fatos e circunstâncias, deixando de lado numerosas páginas de Laet, encantadoras pelo estilo e pelo saber, encerramos esta biografia incompleta, volvendo-nos para o término de sua longa existência.

Foram comemorados com grandes festas os seus oitenta anos de idade. Sentia-se perfeitamente apto para as aulas no Colégio de Pedro II, escrevendo com acrimônia contra o seu afastamento da cátedra, em virtude da reforma do ensino feita no ano anterior. Embora quase cego, era o mesmo jornalista vigoroso e de pulso, jamais tendo sentido a decrepitude. Todavia, sobreveiu a moléstia final. Para manter a sua colaboração assídua nos *Diários Associados*, no próprio leito ditou o artigo, em que se manifestava contrário à ereção de um monumento em São Paulo aos que se bateram contra os revoltosos de 1924. Foi a sua derradeira colaboração. Faleceu alguns dias depois, aos 7 de dezembro de 1927.

*
* * *

Carlos de Laet foi homem de fé inabalável e esclarecida; político de convicções seguras, de largo espírito público, de extrema lealdade; jornalista atilado e de incomparável operosidade; professor eficiente e acatado; orador agradável; humanista e homem de saber enciclopédico.